

DESDE A ORIGEM, UMA GEOGRAFIA DAS VIAGENS

O INTERESSE PELO ORIENTE, DE CLIMA TROPICAL,
CULTURA AUTÓCTONE, RIQUEZA FABULOSA NAS OBRAS DE JOÃO DE BARROS,
O DESCOBRIMENTO DA ÍNDIA E DE FERNÃO MENDES PINTO, *PEREGRINAÇÃO*

PAULA BORDALO LEMA ¹

I. GEOGRAFIA DAS VIAGENS E DA DESCOBERTA

Viagem é descoberta e também ocupação do espaço, como se a Geografia começasse a partir do homem e homem e geografia fossem inseparáveis.

A Geografia do Ocidente ou do Oriente do Mundo foi configurada a partir da descoberta. Descoberta partindo do lugar habitado pelo homem, imbuído de sonho ou de mito, atendendo à observação e que advém em descoberta percebida, relatada ou escrita, para que a Terra se torne cognita, citando as referências mais importantes de lugares ou descrevendo os modos, as formas e os usos da Terra e dos recursos dos homens.

As Viagens traduzem-se na cartografia, mas também em representações e mitos atendendo à localização de lugares em referência a um centro: por influência da inspiração da Bíblia era Jerusalém ou a Babilónia; no mundo grego a preocupação pela medida, com Erastostenes e Ptolomeu, e a descrição com Heródoto, era a partir de Rhodes, até ao Nilo e Bizâncio; no império romano, por influência grega a que se sobrepunha uma tendência expansionista do território, era o Mediterrâneo, a junção dos três continentes África, Ásia e Europa; com os Descobrimentos e a expansão marítima a partir de Portugal, o reino do Prestes João era o meio para atravessar a Abissínia até à Índia e terras do Oriente.

A Idade Média, ao contrário do que se possa admitir, não foi de imobilidade, nem obscura, sendo suscitado o reflexo de numerosas explorações de longa distância, principalmente por Árabes em direcção ao Oriente, e evidenciando-se também a Viagem de Marco Polo ao Extremo Oriente.

A inovação da imprensa, em meados do século XV, deu grande impulso à cartografia, difundindo muitas viagens, com descrições minuciosas sobre as relações entre os homens e a terra.

¹ Professora Associada de Geografia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.

Como obras notáveis que ainda hoje são fundamentais, não só pelo valor literário, mas para a Geografia das Viagens, pelo seu carácter, identidade e valor da representação geográfica, distinguem-se *O Descobrimento da Índia* de João de Barros e a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

II. SIGNIFICADO E REPRESENTAÇÃO DAS VIAGENS E DESCOBERTA DO ORIENTE EM OBRAS NOTÁVEIS DA CULTURA PORTUGUESA: JOÃO DE BARROS, *O DESCOBRIMENTO DA ÍNDIA*, E FERNÃO MENDES PINTO, *PEREGRINAÇÃO*

João de Barros (segundo interpretação de RODRIGUES LAPA) teria nascido em Viseu em 1496 e, moço fidalgo, cultivou a erudição de um Humanista. Foi incumbido de altos cargos pelo rei D. João III e recebeu a capitania do Maranhão para ocupar e organizar, mas a sua expedição foi destruída por um naufrágio. Sem ter ido pessoalmente à Índia, a sua posição conferiu-lhe, no entanto, uma competência em condições excepcionais para juntar material importantíssimo sobre a *Ásia*, dividida em *Décadas*.

Fernão Mendes Pinto (segundo interpretação de RODRIGUES LAPA) teria nascido entre 1509 e 1514 em Montemor-o-Velho, na casa de seus pais, com estreitos meios monetários, de pequenos burgueses arruinados por motivos de ordem política ou religiosa. Por desejo próprio introduziu-se em Alfama numa caravela que veio a ser aprisionada em Sesimbra por um corsário francês. Persistindo nos seus desígnios veio a prestar serviço numa caravela em Setúbal mas, perseguindo a sua ambição, decidiu embarcar para a Índia em 1537 e durante vinte anos, até 1557, prosseguiu uma longa peregrinação por terras e mares do Extremo Oriente.

1. *O Descobrimento da Índia*, segundo João de Barros

Sobre João de Barros e a sua obra *O Descobrimento da Índia*, é importante considerar as ilações do eminente mestre da cultura portuguesa que foi Rodrigues Lapa: «Em primeiro lugar, João de Barros era cortesão, valido do rei, e obrigado, em certo modo, a partilhar a corrente da opinião oficial, nas controvérsias e intrigas do Paço ... Depois, ao contrário dos demais historiadores, que conheceram longamente as coisas do Oriente e por lá viveram, faltava a Barros uma informação directa, colhida nos próprios lugares ... Finalmente, João de Barros tinha da história um conceito de humanista: a História, sendo embora uma obra de verdade, é, acima de tudo, uma construção retórica e moral.» Assim a define: «A História é um agro e campo, onde está semeada toda a doutrina divina, moral, racional e instrumental. Quem pastar o seu fruto, convertê-lo-á em forças de entendimento e memória para uso de justa e perfeita via ... A primeira e mais principal parte da História é a verdade

dela; e porém em algumas coisas não há-de ser tanta que se diga por ela o dito «da muita justiça que fica em crueldade», principalmente nas coisas que tratam da infâmia de alguém, ainda que verdade sejam... Nas coisas dos reis e príncipes se deve falar com toda a reverência, por a dignidade real que Deus lhes deu.» Esta concepção da História em relação com a Moral é um produto do Classicismo, confiante na medida e condenador dos excessos, como salienta Rodrigues Lapa. Assevera, porém, que menos clássico é em João de Barros o ardente nacionalismo, sempre disposto a louvar os portugueses e o seu rei. «Embora sempre com os olhos postos nos historiadores da Antiguidade, sobretudo em Tito Lívio, para lhes seguir o exemplo literário, não é menos verdade que o seu pensamento é de exaltação da história nacional que se reflecte tendenciosamente na sua informação histórica.»

João de Barros exalta o empreendimento de D. Manuel I orientado para o descobrimento da Índia, revelando a sua personagem num discurso em que se valoriza a glória como nenhuma outra mais conveniente ao reino do que o descobrimento da Índia e daquelas terras orientais. O discurso contempla, por um lado, que sendo aquelas áreas muito remotas da Igreja Romana, será de esperar glória de Deus e fé de Cristo, mas ainda, por outro lado, muitas riquezas e alargamento do poder da coroa a um espaço mais vasto.

«Porque, se da costa da Etiópia, que quasi de caminho é descoberta, este meu reino tem adquirido novos títulos, novos proveitos e rendas, que se pode esperar, indo mais adiante com este descobrimento, senão poderemos conseguir aquelas orientais riquezas, tão celebradas dos antigos escritores, parte das quais por comércio que tem feito tamanhas potências como são Veneza, Génova, Florença e outras muito grandes comunidades da Itália?» Posto o que, el-rei declarou importante ter mandado armar quatro velas que em Lisboa estavam prestes a seguir a viagem da Boa Esperança, escolhendo para tal empreendimento o leal vassalo, esforçado cavaleiro, merecedor de tão honrada empresa, Vasco da Gama, a quem foi entregue a bandeira e um regimento em que se continha o que havia de fazer na viagem e algumas cartas para os príncipes e reis, assim como ao Preste João das Índias, tão conhecido no reino como rei da Abissínia pelas notícias de Pero da Covilhã, desde o tempo de D. João II, e a el-rei de Calecut e mais informações e avisos que el-rei D. João II havia recebido.

A descrição do *Descobrimento da Índia* de João de Barros atende à viagem por mar ao longo da costa e ao reconhecimento do contorno do continente, mas a descrição das terras, usos e costumes era mínima e pouco significativa: porque assim era o objectivo daquela viagem de contornar a costa africana e dobrar o Cabo da Boa Esperança mas também porque relatar tal empreendimento era o âmbito grandioso e importante de que se incumbira focando principalmente três feitos — a conquista, a navegação e o comércio — atendendo principalmente ao primeiro e, por relação indispensável e estimável, ao segundo. São aspectos que interessam tanto à Viagem como quanto ao carácter da obra de João de Barros e que destacamos em alguns extractos.

«E, como Vasco da Gama para poder partir não esperava mais que navios prestes e um pouco de norte, que naqueles meses de Verão é geral nesta costa, postos os navios em Restelo, lugar de ancoragem antiga, um dia antes da sua partida foi ter vigília com os outros capitães a casa de Nossa Senhora da vocação de Belém, situada neste lugar de Restelo, a qual naquele tempo era uma ermida, que o infante D. Henrique mandou fundar, onde estavam alguns freires do convento de Tomar para administrarem os sacramentos aos mareantes ... Ao dia seguinte, era de muita romagem por se irem despedir dos que iam na armada concorreu grande número de gente a ela ... E neste dia tomou aquela praia posse das muitas (lágrimas) que nela se derramaram, na partida das armadas que cada ano vão a estas partes que Vasco da Gama ia descobrir.»

«Os navegantes, dado que com o fervor da obra e alvoroço daquela impresa embarcaram contentes, também, passado o termo do desferir das velas, vendo ficar em terra seus parentes e amigos, e lembrando-lhes que sua viagem estava posta em esperança e não em tempo certo nem lugar sabido, assim os acompanhavam em lágrimas como em o pensamento de cousas que em tão novos casos se representam na memória dos homens.»

«E a primeira terra que tomou antes de chegar ao Cabo da Boa Esperança foi a Baía que ora chamam de Santa Helena, havendo cinco meses que era partido de Lisboa, onde saiu em terra por fazer aguada, e assim tomar a altura do sol; porque, como do uso do astrolábio para aquele mister de navegação havia pouco que os mareantes deste reino se aproveitavam, e os navios eram pequenos, não confiava muito de a tomar dentro neles, por causa do balancear; principalmente com um astrolábio de pau de três palmos de diâmetro, o qual armava em três paus à maneira de cábreá, para melhor segurar a linha solar, e mais verificada e distintamente poderam saber a verdadeira altura daquele lugar, posto que levantassem outros mais pequenos; tão rusticamente começou esta arte que tanto fruto tem dado ao navegar.

E porque em este reino de Portugal se achou o primeiro uso dele em navegação, ainda que a nossa Geografia largamente tratamos desta matéria, com os primeiros livros dela, não será estranho deste lugar dizermos quando e por quem foi achado, pois não é o de menos louvor este trabalho que o doutros novos inventores que acharam cousas proveitosas para uso dos homens.»

«No tempo do infante D. Henrique começou o descobrimento da Guiné, toda a navegação dos mareantes era ao longo da costa, levando-a sempre por rumo, da qual tinham suas notícias por sinais de que faziam roteiros, como ainda ao presente usam em alguma maneira; e para aquele modo de descobrir, isto bastava. Todavia, depois que eles quiseram navegar o descoberto, perdendo a vista da costa e engolfando-se no pego do mar, conheceram quantos enganões recebiam na estimativa e juízo das singraduras que, segundo seu modo, em vinte e quatro horas davam caminho ao navio, assim por razão das correntes como doutros segredos que o mar tem, da qual verdade de caminho a altura é mui certa mostradora. Mas como a necessidade é mestra de todas as artes, em tempo de el-rei D. João o Segundo foi por ele encomendado e a mestres, um deles judeu, ambos seus médicos e a outro, discípulo de afamado astrónomo, os quais acharam esta maneira de

navegar pela altura do sol, de que fizeram suas tavoadas para declinação deles, como se ora usa entre os navegantes, já mais apuradamente do que começou, em que serviam grandes astrolábios de pau.»

A vista da terra ou de uma povoação motivava Vasco da Gama para estabelecer contacto para saber de mais notícias sobre o trajecto e da via para o Oriente.

Passando o Cabo da Boa Esperança em Novembro *«algumas léguas adiante a bonança os levou onde Bartolomeu Dias pôs o seu derradeiro padrão»,* até que *«em dia de Natal passaram pela costa do Natal a que deram esse nome».* Navegando ao largo de Sofala, *«tão celebrada naquelas partes por causa do muito ouro que os mouros ali hão dos negros da terra por via do comércio»* e adiante *«foi entrar em um rio muito grande, vendo entrar por ele uns barcos com velas de palma»* ... *«E a gente deste rio com homens que pareciam mestiços de negros e mouros»* ... *«donde Vasco da Gama suspeitava que estes negros assim na cor como nas palavras do arábio podiam ter comunicação com os mouros ... e os mais deles tinham panos de algodão e panos de seda. Com os quais sinais, e outros que eles deram dizendo que em direcção ao nascimento do sol havia gente branca que navegavam em naus como aquelas suas, as quais eles viam passar para baixo e para cima daquela costa, pôs Vasco da Gama nome a este rio — dos Bons Sinais.»* Seria este grande rio, onde tiveram *«grande esperança do que iam descobrir»,* o rio Zambeze, donde saíram *«pela barra do rio com banco de areia»* e *«vindo da maré fez seu caminho, sempre à vista da costa, até que daí a cinco dias chegou a uma povoação chamada Moçambique. «Falando com «um mouro», contactou o «xeque» a quem Vasco da Gama pediu que lhe «mandasse dar algum piloto», que em resposta lhe foi prometido «quanto ao piloto, que descansasse, porque ali havia muitos que sabia da Índia.»*

O *Descobrimento da Índia* de João de Barros destaca claramente a importância que representou passar o Cabo da Boa Esperança *«com menos tormenta e perigo do que os marinheiros esperavam, pela opinião que entre eles andava sobre o Cabo das Tormentas.»* Com efeito, a distinção e diferença entre a costa ocidental e a costa oriental de África tinha um grande significado geográfico socio-económico e político, pois que o intenso contacto entre a costa oriental de África e o Oriente era antigo, através da navegação pendular, comércio e tráfego, e este sistema de relações perdurou até à época moderna, só quebrado com a descolonização e a criação de novos Estados em África que, por meio de diferentes estratégias de reorganização territorial e geopolítica, pretendem estabelecer laços preferenciais com outros pólos e Estados com influência internacional e, deste modo, relações com Metrópoles e Estados Ocidentais.

2. *Peregrinação, segundo Fernão Mendes Pinto*

Sobre Fernão Mendes Pinto e a sua obra *Peregrinação*, a erudição e interpretação crítica do eminente mestre da cultura portuguesa que foi Rodrigues Lapa alerta para considerações que importa realçar.

«Fervente de ambição, Fernão Mendes Pinto decidiu embarcar para a Índia, em busca de fortuna» e «para lá partiu em 11 de Março de 1537.» A sua vida foi então, durante vinte anos, até 1557, uma longa peregrinação por terras e mares do Extremo Oriente, desde a Abissínia, Arábia, Malaca, Samatra, Java, Sião, China e Japão, com aventura, ora em missões políticas, ora negociando ou evangelizando. Em 1553, já então rico, decidiu regressar a Portugal onde passaria sua vida em Montemor. Entretanto, no Oriente, teria sido criticado pela autoridade eclesiástica, nomeadamente jesuíta, cujo ensejo de consolidação no Oriente era dominante. Fernão Mendes Pinto era devoto do padre Francisco Xavier mas ainda assim foi desobrigado pelos jesuítas. Quando chegou a Lisboa em 1558, foragido dos jesuítas, não tinha muitas expectativas no Paço e retirou-se para uma quinta no Pragal, perto de Almada, onde começou a escrever a *Peregrinação*, como Memórias dedicada aos filhos.

«Assim, a *Peregrinação* não é uma obra histórica mas um livro de Memórias imbuído de uma finalidade moral. Como porém sucede que, apesar da sua modéstia, ele fez história e geografia, quase sem o saber, um problema se tem levantado: o da veracidade ou não da sua narrativa.» Compôs a *Peregrinação* com alguma, embora pouca, influência de outras obras então já publicadas — de João de Barros, Damião de Góis, António de Galvão e F. Gaspar da Cruz — e apoiando-se em dois ou três livros que traria da China e sobretudo nos seus apontamentos e recordações pessoais. Expressa, com franqueza, o objectivo dos portugueses nas remotas paragens do Extremo Oriente, que era o comércio. Preocupou-se em dar a conhecer o carácter local em pormenor e a imagem de povos exóticos. Foi deste modo suscitado pelo realismo mas também pela fantasia perante uma paisagem e espaços pouco conhecidos.

Assevera Rodrigues Lapa que Fernão Mendes Pinto está longe de ser um clássico, imbuído de cultura e humanismo, segundo as regras da medida e da boa moral. «Lembra processos do realismo moderno em que a imaginação tem um carácter intensivo, ao mesmo tempo imaginário e colorido ... apresentando um quadro fortemente visual.» As atitudes críticas perante a sua obra foram muitas e diversas. Para José Feliciano de Castilho, as narrativas de Fernão Mendes Pinto eram advertências contra excessos repreensíveis e considera-o como «aquele aventureiro sem cultura, mas com uma experiência que a substitui e até supera, revelando-se afinal um moralista e um político avidíssimo.» As críticas oficiais emanadas dos jesuítas foram insistentes e neste contexto se deverá atender à obra *Peregrinação* que, tendo sido escrita antes de 1583, só veio a ser publicada em 1614, trinta anos depois da morte do autor, e não é difícil de considerar que na obra publicada há também uma responsabilidade dos que lhe censuravam o texto.

O carácter da obra de Fernão Mendes Pinto, frisado por autores portugueses que foram figuras destacadas no estudo da cultura portuguesa, é confirmado pelos extractos da *Peregrinação* a seguir seleccionados pelo significado geográfico que representam.

«Despedido eu de todo del-rei (de Aaru) me embarquei logo, e me parti já quase sol posto, e me vim a remo pelo rio abaixo até uma aldeia que está junto à barra, e de gente muito pobre ... Logo ao outro dia, pela manhã, nos partimos desta aldeia e fomos velejando ao longo da costa com ventos terrenos (que sopram de terra) até depois da véspera (hora canónica que correspondia às 6 da tarde), que dobrámos os ilhéus de Anchepisão, e servindo-nos ainda o vento sueste, inda que algum tanto ponteiro (contrário por vir pela ponta ou proa), nos fizemos no bordo do mar o que mais restava do dia e alguma parte da noite; e sendo já passado pouco mais de meio quarto da prima (aproximadamente entre as 9 horas e a meia-noite), nos deu uma trevoada de noroeste (que são os temporais que comumente a mor parte do ano cursam nesta ilha Samatra) que todo nos teve soçobrados; e ficando a lanchara (barco pequeno, raso e ligeiro, usado no Extremo Oriente) a árvore seca (sem velas), sem mastro nem velas, porque tudo o vento nos fez em pedaços, e com três rombos por junto da quilha, nos fomos logo a pique subitamente ao fundo, sem podermos salvar coisa nenhuma, e muito poucos as vidas, porque, das vinte e oito pessoas que nela íamos, as vinte e três se afogaram em menos de um credo, e os cinco que escapámos somente pela misericórdia de Nosso Senhor; e porque então nos não soubemos dar a conselho, nem determinarmos no que fizéssemos de nós, nem que caminho tomássemos, por ser a terra toda alagadiça e fechada de mato tão basto, que nenhum pássaro, por muito pequeno que fosse, podia passar por entre os espinhos de que o arvoredado silvestre era tecido, estivémos ali três dias sobre uns penedos, sem comermos em todos eles mais que os limos do mar. Passado este tempo com assaz confusão e pena, sem sabermos determinar o que fosse de nós, caminhámos ao longo da ilha Samatra...»

«Acabando o mercador de carregar a lanchara, que era a embarcação em que levava a mercadoria, se partiu para Malaca, onde chegou dali a três dias, e se foi logo a fortaleza ver o capitão e me levou consigo» (onde por mim lhe podiam dar quanto pedisse, porque era sobrinho do capitão da fortaleza, filho de uma sua irmã). «Ao mercador que me trouxe mandou Pêro de Faria dar sessenta cruzados e duas peças de damasco da China, e lhe mandou em nome de el-rei dispensar os direitos da sua fazenda que devia na alfândega, que seria quase outro tanto, e em cousa nenhuma lhe foi feito nenhum agravo, de que ele ficou muito satisfeito e contente. A mim me mandou o capitão agasalhar em casa de um escrivão da feitoria, por ser casado na terra e lhe parecer que seria melhor provido que em outra nenhuma parte, como na verdade fui.»

«Havendo já vinte e seis dias que eu estava aqui em Patane acabando de aviar uma pouca de fazenda que viera da China, para me tornar logo, chegou uma fusta de Malaca, de que vinha por capitão um António de Faria de Sousa, o qual, por mandado de Pêro de Faria, vinha a fazer ali certo negócio com el-rei, e assentar com ele de novo as pazes antigas que tinha com Malaca, e agradecer-lhe o bom tratamento que no seu reino fazia aos portugueses, e outras coisas a este modo de boa amizade, importantes ao tempo e ao interesse da mercancia, que na verdade era o que mais se pretendia que tudo; porém esta tenção vinha rebuçada com

uma carta a modo de embaixada, acompanhada de um presente de boas peças, mandadas em nome del-rei nosso senhor, e à custa de sua fazenda, como é costume fazerem os capitães todos naquelas partes.»

III. GEOGRAFIA DAS VIAGENS AO ORIENTE, COM PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO MEIO NATURAL, ECONÓMICO E SOCIAL DESCONHECIDO, DESCOBERTA E UTOPIA

Tratando-se de obras do século XVI, *O Descobrimento da Índia* de João de Barros e a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, de carácter distinto, apresentam uma Geografia diferente, quanto ao discurso, simbologia e representação, das versões dos viajantes dos séculos XIII ou XIV, mesmo da de Marco Polo que foi a mais conhecida e afamada. Esta distinção justifica-se, não só por circunstâncias da época com o alvorecer do Renascimento, como pelo contexto em que as Viagens foram realizadas, descritas e relatadas, atendendo a objectivos, projectos, processos de pensamento, percepção, representação e linguagem.

Os contactos com a China só foram retomados após o estabelecimento dos portugueses em Malaca, capturada em 1511, a que se seguiu a organização de uma embaixada que pretendeu chegar junto do imperador da China em 1517, mal sucedida, de modo que foram tentados contactos com Cantão em 1521.

João de Barros, feitor da Casa da Índia entre 1533 e 1567, inclui na *Terceira Década* um relato sobre a China, sem contudo nunca ter viajado até lá, destacando a Muralha da China e a admiração pelas artes e organização da sociedade chinesa. Fernão Mendes Pinto na *Peregrinação*, publicada em 1614, embora escrita na última década de quinhentos, configura a China como um lugar admirável que o mundo europeu-cristão deveria tomar como referência fundamental.

A Utopia emerge no Renascimento alimentando a imaginação de um mundo melhor ao alcance da construção e da vivência humana no lugar. A República de Platão é já um modelo similar longínquo mas é, de facto, a Utopia de Thomas More, publicada em 1516, que apresenta o projecto de uma sociedade alternativa de homens felizes. Note-se que a ideia se relaciona com um lugar que é uma cidade, como se a urbe fosse o simbolismo e o imaginário de um lugar onde os habitantes se organizassem e se governassem de acordo com a justiça. A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, ao manifestar admiração pela China como sociedade, por contraste com os desmandos do mundo europeu ocidental, atende mais às vilas e cidades ou povoações e pouca atenção dá aos campos e às paisagens rurais, a não ser para destacar o seu carácter insalubre ou de poucos recursos. O carácter visual revela-se assim fundamental, mais impressionante nas cidades como construção do espaço pelos homens mais evidente.

A par da experiência vivida ressalta o utópico e o imaginário da utopia.

A China e o Oriente representam a projecção de um imaginário e de uma utopia que se contrapõe ao mundo cristão ocidental ou pretende remeter o pensamento à raiz cristã e sua utopia impulsionada para o renascimento.

A Utopia é um conceito Moderno e a Viagem foi cada vez mais estimulada com a Modernidade. Actualmente, com a crescente mobilidade, a Viagem é a metáfora mais significativa da Pós-Modernidade, em que a Utopia está ausente ou renascente, consoante o significado que atribuímos ao evidente crescendo de obras e textos publicados sobre a Viagem, a literatura da Viagem, a Utopia.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, I. (1979) – *A Escola Geográfica de Lisboa e a sua contribuição para o conhecimento geográfica das regiões tropicais*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- AMARAL, I. (1992) – Contribuição dos geógrafos portugueses para o conhecimento científico das regiões tropicais, *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal no século XX*, III volume, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa:1609-1628.
- BARROS, J. (1977) – *O Descobrimento da Índia [1552]*, Prefácio e Notas de Rodrigues Lapa, Sá da Costa, Lisboa.
- MENDES PINTO, F. (1977) – *Peregrinação [1614]*, Selecção, Prefácio e Notas de Rodrigues Lapa, Sá da Costa, Lisboa.
- LABORINHO, A. P. (1997) – *China: maravilhoso e utopia nos relatos dos viajantes portugueses quinhentistas*, in A. M. FALCÃO, M. T. NASCIMENTO, M. L. LEAL (Org.), *Literatura de Viagem, narrativa, história, mito*, Cosmos, Lisboa.
- MORE, Thomas (1978) – *A Utopia*, Guimarães Ed., Lisboa.
- HYTLODEU, M. M. e PINA MARTINS, J. (1998) – *Utopia III*, Verbo, Lisboa.
- PAQUOT, Th. (1997) – *A Utopia*, Europa-América, Lisboa.